

08/08/2017

PLENÁRIO

**AG.REG. NO RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 28.490
DISTRITO FEDERAL**

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S)	: RENIR BEGNINI
ADV.(A/S)	: DIEGO BARBOSA CAMPOS
AGDO.(A/S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

1. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que não é impedido para integrar a Comissão de processo administrativo disciplinar servidor que tenha atuado na investigação judicial ou administrativa de possíveis fatos tidos por irregulares (MS nº 21.330/DF, Rel. Min. Ilmar Galvão).

2. É consolidado, também, o entendimento de que o indeferimento fundamentado do pedido de produção de provas consideradas impertinentes, em processo administrativo disciplinar, não caracteriza cerceamento de defesa (RMS 30.881, Rel. Min. Cármen Lúcia e RMS 24.194, Rel. Min. Luiz Fux).

3. Conforme o princípio *pas de nulité sans grief*, é necessária demonstração de prejuízo acerca das nulidades suscitadas, o que não ocorreu no caso em exame.

4. Agravo a que se nega provimento por manifesta improcedência, com aplicação de multa no valor de dois salários mínimos, ficando a interposição de qualquer recurso condicionada ao prévio depósito do referido valor, em caso de decisão unânime (CPC/2015, art. 1.021, §§ 4º e 5º, c/c art. 81, § 2º).

ACÓRDÃO

RMS 28490 AGR / DF

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Virtual, na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, em negar provimento ao agravo regimental, com aplicação de multa (CPC/2015, art. 1.021, §§ 4º e 5º, c/c o art. 81, § 2º). Impedido o Ministro Gilmar Mendes.

Brasília, 30 de junho 7 de agosto de 2017.

MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO - RELATOR

08/08/2017

PLENÁRIO

**AG.REG. NO RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 28.490
DISTRITO FEDERAL**

RELATOR	: MIN. ROBERTO BARROSO
AGTE.(S)	: RENIR BEGNINI
ADV.(A/S)	: DIEGO BARBOSA CAMPOS
AGDO.(A/S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO

RELATÓRIO:

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR)

1. Trata-se de agravo interno interposto contra decisão monocrática por mim proferida nos seguintes termos (fls. 1.575-1.584):

“Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

1. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que não é impedido para integrar a Comissão de processo administrativo disciplinar servidor que tenha atuado na investigação judicial ou administrativa de possíveis fatos tidos por irregulares (MS nº 21.330/DF, Rel. Min. Ilmar Galvão).

2. É consolidado, também, o entendimento de que o indeferimento fundamentado do pedido de produção de provas consideradas impertinentes, em processo administrativo disciplinar, não caracteriza cerceamento de defesa (RMS 30.881, Rel. Min. Cármen Lúcia e RMS 24.194, Rel. Min. Luiz Fux).

3. Conforme o princípio *pas de nulité sans grief*, é necessária demonstração de prejuízo acerca das nulidades suscitadas, o que não ocorreu no caso em exame.

RMS 28490 AGR / DF

4. Recurso a que se nega seguimento.

1. Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança, interposto contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça, cuja ementa está assim redigida (fls. 1390-1391):

‘MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. DEMISSÃO. COMISSÃO DISCIPLINAR. IMPEDIMENTO. INOCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO. VIOLAÇÃO. INOCORRÊNCIA. PROVA EMPRESTADA. LEGALIDADE. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. AUTO CIRCUNSTANCIADO. DEGRAVAÇÃO INTEGRAL. DESNECESSIDADE.

I - ‘A suposta participação de servidores componentes da comissão instituída no processo administrativo nº 47909.000011/2004-61, em refiscalizações de empresas, busca e apreensão e, ainda, em depoimentos prestados na justiça federal, nada influíram sob o aspecto da imparcialidade na outra Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 47909.000022/2004-41, único processo em que o impetrante foi indiciado, frise-se, não havendo falar-se em impedimento ou suspeição.’ (MS 12.468/DF, 3º Seção, Rel. Min. Carlos Mathias [Desembargador Federal Convocado do TRF da 1ª Região], DJ de 14/11/2007).

II - É facultado à Comissão Disciplinar, consoante dispõe o art. 156, § 1º, da Lei n. 8.112/90, indeferir motivadamente a produção de provas, principalmente quando se mostrarem dispensáveis diante do conjunto probatório, não caracterizando cerceamento de defesa. Precedentes.

III - ‘A demonstração de prejuízo para a defesa deve ser revelada mediante exposição detalhada do vício e de sua repercussão, tudo com base em elementos

RMS 28490 AGR / DF

apresentados na prova pré-constituída. No caso, não houve tal demonstração, a par de que há, nas informações, razões suficientes para afastar os vícios apontados pelo impetrante' (MS 13.111/DF, 3ª Seção, de minha relatoria, DJU de 30/4/2008).

IV - A doutrina e a jurisprudência se posicionam de forma favorável à 'prova emprestada', não havendo que suscitar qualquer nulidade, tendo em conta que foi respeitado o contraditório e a ampla defesa no âmbito do processo administrativo disciplinar, cujo traslado da prova penal foi antecedido e devidamente autorizado pelo Juízo Criminal. (Precedente do c. STF: Plenário, QO no Inq. 2275, Rel. Min. Carlos Britto, DJe de 26/9/2008; Precedentes desta e. Corte Superior: MS 11.965/DF, 3ª Seção, Rel. Min. Paulo Medina, Rel. p/ Acórdão Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 18/10/2007; MS 9.212/DF, 3ª Seção, Rel. Min. Gilson Dipp, DJ de 1º/6/2005; MS 7.024/DF, 3ª Seção, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJ de 4/6/2001).

V - É desnecessária a transcrição integral dos diálogos colhidos em interceptação telefônica, nos termos do art. 6º, § 2º, da Lei nº 9.296/96, que exige da autoridade policial apenas a feitura de auto circunstanciado, com o resumo das operações realizadas. (Precedente do c. STF: Plenário, HC 83.615/RS, Rel. Min. Nelson Jobim, DJ de 4/3/2005).

VI - Demais disso, a fundamentação do julgamento final do processo administrativo disciplinar não está limitada ao conteúdo das escutas telefônicas, vez que, por outros meios probatórios, restaram sobejamente demonstradas as condutas ilícitas imputadas ao impetrante.

Segurança denegada.'

2. A parte recorrente alega (fls. 1477-1503) o 'impedimento dos membros integrantes da comissão processante, por terem eles participado direta e

RMS 28490 AGR / DF

contundentemente das atividades de persecução criminal em que foram produzidas provas que subsidiaram' o relatório final do PAD (fls. 1480). Ainda, sustenta a ocorrência de cerceamento do direito de defesa, em razão da Comissão Processante ter indeferido a produção das seguintes provas requeridas pelo recorrente: (i) perícia contábil no Instituto Amazonia, (ii) segunda fiscalização na LG ELETRONICS DA AMAZÔNIA LTDA, (iii) diligência junto à empresa RICO LINHAS AEREAS, (iv) oitiva de testemunhas. Alega, também, violação ao contraditório, por não ter sido oportunizada manifestação acerca de provas emprestadas de processo judicial. Por fim, aponta a ilegalidade da prática de ato extraoficial no curso do PAD.

3. Houve contrarrazões (fls. 1538-1558). O parecer ministerial é pelo desprovimento do recurso (fls. 1567-1573).

4. **É o relatório.**

5. Conheço do recurso, por tempestivo.

6. No mérito, o acórdão recorrido não merece reparos. Primeiramente, observo que as insurgências do recorrente acerca do PAD nº 47909.000022/2004-41 são semelhantes às aquelas analisadas pelo Min. Teori Zavascki, no RMS 31.309, ajuizado por servidor demitido em razão do mesmo PAD. Veja-se a ementa do julgado:

'ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. DEMISSÃO. NULIDADES. IMPEDIMENTO DE MEMBROS DA COMISSÃO DISCIPLINAR. HIPÓTESES DO ART. 18 DA LEI 9.784/99. AUSÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO

RMS 28490 AGR / DF

CONFIGURADO.

1. A jurisprudência desta Corte tem se pronunciado no sentido de que a mera atuação da autoridade em processo administrativo criminal prévio, relativo aos mesmos fatos, não importa seu impedimento para compor a comissão disciplinar. Nesse sentido, suposto apoio à efetivação de diligências e reexame de documentos não são suficientes para gerar nulidade, mormente quando não há participação no indiciamento e no juízo de mérito sobre a conduta do acusado. (RMS 32.325-AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, DJe de 1º/7/2015).

2. É pacífico na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal o entendimento de que o indeferimento fundamentado, em processo administrativo disciplinar, do pedido de produção de provas consideradas impertinentes não acarreta violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

3. Em relação à solicitação de transcrição integral dos diálogos interceptados, as razões do recurso ordinário não rebatem as assertivas do acórdão recorrido que afastam a superioridade dessa prova diante do extenso arcabouço probatório construído no processo administrativo que serviu de base para o convencimento da Comissão.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

7. Acerca da primeira alegação, vejo que não houve impedimento legal dos membros da Comissão Processante. Vejam-se as causas de impedimento listadas no art. 18, da Lei 9.784/99:

Art. 18. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

I - tenha interesse direto ou indireto na matéria;

II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e

RMS 28490 AGR / DF

afins até o terceiro grau;

III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

8. No caso, foi designada Comissão Processante para o PAD nº 47909.000011/2004-61, por meio da Portaria nº 153/2004, em apoio à ‘Operação Zaqueu’ da Polícia Federal, que investigava o envolvimento de auditores fiscais do trabalho em organização criminosa. A Comissão foi composta pelos servidores Aldo Branquinho Barreto, Marco Antônio Gonçalves e Marcos Carvalho Costa (fls. 105). Em seguida, a própria Comissão Processante decidiu desmembrar o processo em seis outros processos, do qual se originou o PAD nº 47909.000022/2004-41, que resultou na portaria de demissão do recorrente. Neste segundo PAD, a Comissão Processante foi composta pelos servidores Weldo Soares Matos – posteriormente substituído por Alexandre Bezerra Medeiros –, Cláudio Gonçalves Ferreira e José Waldemar Ferreira Silva.

9. O recorrente não demonstrou que alguma das hipóteses previstas pelo art. 18, da lei 9.784/1999 pudesse incidir na situação concreta.

10. Por outro lado, a atuação dos servidores Alexandre Bezerra Medeiros e Cláudio Gonçalves Mendes de Carvalho nas fiscalizações realizadas em empresas investigadas na Operação Zaqueu não os tornou impedidos de participarem da Comissão Processante. Nesse sentido, veja-se, além do referido RMS 31.309, o entendimento adotado por esta Corte no MS 21.330, Rel. Min. Ilmar Galvão:

‘MANDADO DE SEGURANÇA. DECRETO DE DEMISSAO DE POLICIAL FEDERAL. ATO APODADO DE NULO, POR RESULTAR DE INQUERITO EIVADO DE IRREGULARIDADES E, AINDA, POR HAVER SANCIONADO ILÍCITO CONFIGURADOR DE CRIME

RMS 28490 AGR / DF

AINDA NÃO JULGADO. PRETENDIDA REINTEGRAÇÃO NO CARGO. INEXISTÊNCIA DE ÓBICE A QUE DIRIJA INQUERITO ADMINISTRATIVO QUEM PARTICIPOU DE MERA DILIGENCIA POLICIAL, NA APURAÇÃO DE FATOS DELITUOSOS EM QUE ACABOU POR ENREDAR-SE O SERVIDOR. IRRELEVÂNCIA DA AUSÊNCIA DE ACAREAÇÃO E DA UTILIZAÇÃO, NO PROCESSO DISCIPLINAR, DE PROVA TESTEMUNHAL EMPRESTADA, SE FOI ELA REFORÇADA PELA REINQUIRIRÇÃO DOS DEPOENTES. DESPICIENDA, FACE AO PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA DAS JURISDIÇÕES, A CIRCUNSTÂNCIA DE NÃO SE HAVER ULTIMADO A AÇÃO PENAL RELATIVA A UMA DAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES, CONFIGURADORA DE CRIME, A QUAL, DE RESTO, NÃO ERA A ÚNICA PUNÍVEL COM A DEMISSÃO. SEGURANÇA DENEGADA.’ (destaques acrescentados)

10. Esse entendimento foi posteriormente reafirmado no RMS 32.325, Rel. Min. Dias Toffoli. Vale destacar que tanto no RMS 31.309 (Rel. Min. Teori Zavascki) como no RMS 32.325 (Rel. Min. Dias Toffoli) – e, ainda, no RMS 28.914 (Rel. Min. Luiz Fux) – tratou-se justamente de mandados de segurança impetrados por servidores punidos em razão de condutas identificadas no âmbito da mesma (‘Operação Zaqueu’). A solução, portanto, há de ser a mesma para o presente caso.

11. Ainda, não observo a ocorrência de cerceamento da defesa do recorrente. Isso porque a Lei 8.112/1990, em seu art. 156, §§ 1º e 2º, concede ao presidente da Comissão Processante o poder de indeferir a produção de provas em determinadas situações. Veja-se o teor do dispositivo:

‘Art. 156. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio

RMS 28490 AGR / DF

de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 1º O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 2º Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.’ (destaques acrescentados)

12. Da mesma forma, a Lei 9.784/1999, em seu art. 38, § 2º, permite a recusa de provas, mediante decisão fundamentada, na instrução do processo administrativo. Confira-se o teor do dispositivo:

‘Art. 38. O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.

§ 1º Os elementos probatórios deverão ser considerados na motivação do relatório e da decisão.

§ 2º Somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.’ (destaques acrescentados)

13. Nesse sentido, a jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que não caracteriza cerceamento de defesa a recusa motivada da produção de provas em processo administrativo disciplinar. Vejam-se, a título de exemplo, os seguintes precedentes:

‘RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE

RMS 28490 AGR / DF

SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. ATO DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA. DEMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO. QUEBRA DE SIGILO FISCAL DE CONTRIBUINTE. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E AUSÊNCIA DE PROVAS DA PRÁTICA DA INFRAÇÃO IMPUTADA. IMPROCEDÊNCIA. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

1. Suspeição da comissão de processo administrativo não demonstrada. Inexistência de ato ou manifestação que evidencie atitude tendenciosa de seus membros.

2. A ausência de intimação do resultado do relatório final da comissão de processo administrativo não caracteriza afronta ao contraditório e à ampla defesa quando o servidor se defendeu ao longo de todo o processo administrativo. Precedentes.

3. O indeferimento motivado de pedido de prova testemunhal formulado após o término da instrução do processo administrativo não caracteriza cerceamento de defesa. Art. 156, §§1º e 2º, da Lei n. 8.112/1990.

4. Existência de provas suficientes da participação do servidor na quebra do sigilo fiscal de contribuinte e no compartilhamento indevido de sua senha pessoal de acesso aos sistemas do Ministério da Fazenda.

5. Recurso ordinário ao qual se nega provimento. (RMS 30.881, Rel. Min. Cármen Lúcia)' (destaques acrescentados)

‘MANDADO DE SEGURANÇA. POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS. DEMISSÃO DE SERVIDOR FEDERAL POR MINISTRO DE ESTADO. POSSIBILIDADE DE DELEGAÇÃO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO ATO DE DEMISSÃO A MINISTRO DE ESTADO DIANTE DO TEOR DO ARTIGO 84, INCISO XXV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STF.

RMS 28490 AGR / DF

PROVA LICITAMENTE OBTIDA POR MEIO DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA REALIZADA COM AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA INSTRUIR INVESTIGAÇÃO CRIMINAL PODE SER UTILIZADA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA EM RAZÃO DO INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVAS AVALIADAS COMO PRESCINDÍVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA.

PUNIÇÃO NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO COM FUNDAMENTO NA PRÁTICA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA INDEPENDE DE PROVIMENTO JUDICIAL QUE RECONHEÇA A CONDUTA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDEPENDÊNCIA ENTRE AS INSTÂNCIAS DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E ADMINISTRATIVA.

NEGO PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO. (RMS 24.194, Rel. Min. Luiz Fux)' (destaques acrescentados)

14. Sobre a produção de prova emprestada, a jurisprudência desta Corte admite a produção de prova emprestada de processo judicial em processo administrativo disciplinar (cf., *v.g.*, QO no Inq. 2.424, Rel. Min. Cezar Peluso).

15. No caso, a interceptação telefônica foi emprestada de processo judicial ao processo administrativo mediante autorização judicial e oportunidade de contraditório, conforme esclareceu a União (fl. 1027).

16. Por fim, o princípio *pas de nullité sans grief* exige a demonstração de prejuízo para a defesa, para que seja possível a declaração de nulidade. No caso, não foi demonstrado o necessário prejuízo para a defesa acerca da extraoficialidade do

RMS 28490 AGR / DF

ato de inquirição de uma das testemunhas, tendo em vista que o próprio recorrente afirmou que a inquirição ‘em nada ajudou no esclarecimento dos fatos’ (fls. 37).

17. Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do RI/STF, **nego seguimento ao recurso.**

Publique-se. Intimem-se

Brasília, 15 de março de 2017.

Ministro **LUÍS ROBERTO BARROSO**
Relator”.

2. A parte agravante reitera os argumentos do recurso ordinário. Insiste, relativamente ao PAD que culminou em sua demissão, que houve: (i) *“incontestável impedimento dos membros da comissão processante”* (fls. 1.588-1.591); (ii) *“evidente cerceamento de defesa”* (fls. 1.591-1.597-v); (iii) *“incompatibilidade da prova emprestada com o processo administrativo”* (fls. 1.597-v-1.598); e (iv) *“absurda extraoficialidade do procedimento adotado a condução do PAD”* (fls. 1.598-1.599). **É o relatório.**

08/08/2017

PLENÁRIO

AG.REG. NO RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 28.490
DISTRITO FEDERAL

VOTO:

O SENHOR MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO (RELATOR)

1. Conheço do recurso, por tempestivo.

2. No mérito, o agravo não merece provimento. A decisão agravada assentou que: (i) no caso concreto, não restou demonstrada nenhuma das hipóteses do art. 18, da Lei n. 9.784/99, que pudesse comprovar o impedimento dos membros da comissão processante; (ii) com base na Lei n. 9.784/1999, art. 38, § 2º e Lei 8.112/1990, art. 156, §§ 1º e 2º, é facultado ao presidente da comissão indeferir a produção de provas, mediante decisão fundamentada, não ocorrendo cerceamento de defesa nessas hipóteses; (iii) havendo oportunidade de contraditório e ampla defesa, como esclarecido pela União, é lícita a prova emprestada de processo criminal em processo administrativo disciplinar; e (iv) não foi demonstrado o necessário prejuízo para a defesa acerca da extraoficialidade do ato de inquirição de uma das testemunhas, tendo em vista que o próprio recorrente afirmou que a inquirição *‘em nada ajudou no esclarecimento dos fatos’* (fls. 37).

3. Em suas razões recursais, o agravante não traz qualquer argumento capaz de infirmar a decisão atacada. Pelo contrário, verifica-se da peça recursal apenas a reiteração das mesmas alegações suscitadas desde o julgamento inicial, pelo Superior Tribunal de Justiça, que já foram devidamente afastadas na decisão monocrática.

4. Por fim, como assentado na decisão agravada, a solução aplicada ao caso foi a mesma adotada em outros mandados de segurança apreciados por esta Corte, em que se alegavam vícios no processo

RMS 28490 AGR / DF

administrativo resultante da mesma operação policial (“Operação Zaqueu”). Nesse sentido, confirmam-se as seguintes ementas:

“Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PAD. REINTEGRAÇÃO AO CARGO DE AUDITOR FISCAL DO TRABALHO. IMPEDIMENTO. INEXISTÊNCIA. UTILIZAÇÃO DE PROVA PRODUZIDA EM INQUÉRITO POLICIAL. POSSIBILIDADE. INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVAS. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. IMPROCEDÊNCIA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. 1. O art. 156, § 1º, da Lei nº 8.112/1990 possibilita a denegação de pedidos impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos (MS 23.268, Rel. Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 07/06/2002), conjurando a alegação genérica de cerceamento de defesa. 2. In casu, os pedidos de produção de prova foram justificadamente indeferidos pela Comissão do Processo Administrativo Disciplinar. 3. Agravo regimental a que se nega provimento, ficando mantida a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos.” (RMS 28.914 AgR, Rel. Min. Luiz Fux, 1ª Turma, DJE 27.10.2015).

“Ementa: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. DEMISSÃO. NULIDADES. IMPEDIMENTO DE MEMBROS DA COMISSÃO DISCIPLINAR. HIPÓTESES DO ART. 18 DA LEI 9.784/99. AUSÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. 1. A jurisprudência desta Corte tem se pronunciado no sentido de que a mera atuação da autoridade em processo administrativo criminal prévio, relativo aos

RMS 28490 AGR / DF

mesmos fatos, não importa seu impedimento para compor a comissão disciplinar. Nesse sentido, suposto apoio à efetivação de diligências e reexame de documentos não são suficientes para gerar nulidade, mormente quando não há participação no indiciamento e no juízo de mérito sobre a conduta do acusado. (RMS 32.325-AgR, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Segunda Turma, DJe de 1º/7/2015). 2. É pacífico na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal o entendimento de que o indeferimento fundamentado, em processo administrativo disciplinar, do pedido de produção de provas consideradas impertinentes não acarreta violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa. 3. Em relação à solicitação de transcrição integral dos diálogos interceptados, as razões do recurso ordinário não rebatem as assertivas do acórdão recorrido que afastam a superioridade dessa prova diante do extenso arcabouço probatório construído no processo administrativo que serviu de base para o convencimento da Comissão. 4. Agravo regimental a que se nega provimento.”

(RMS 31.309 AgR, Rel. Min. Teori Zavascki, 2ª Turma, DJE 27.10.2015).

“EMENTA Agravo em recurso ordinário em mandado de segurança. Negativa de jurisdição. Decisão fundamentada. Nulidade de processo administrativo disciplinar. Comissão processante. Parcialidade. Não ocorrência. Agravo não provido. 1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral (AI nº 791.292/PE-RG-QO, Relator o Ministro Gilmar Mendes, DJe de 13/8/10), reafirmou a orientação de que o art. 93, inciso IX, da Constituição Federal não exige que o órgão judicante se manifeste sobre todos os argumentos de defesa apresentados, mas que ele fundamente, ainda que sucintamente, as razões que entendeu suficientes à formação de seu convencimento. 2. Não há óbice a que integre comissão processante servidor que participou de mera diligência policial ou administrativa, na apuração de fatos delituosos em que acabou por enredar-se o impetrante, se ausente, naquelas

RMS 28490 AgR / DF

ocasiões, indicação de investigados ou formação de juízo de valor acerca da conduta posteriormente tida por irregular. Precedente: MS nº 21.330/DF, Relator o Min. Marco Aurélio, relator p/ acórdão o Min. Ilmar Galvão, Tribunal Pleno, DJ de 11/12/92. 3. A verificação de impedimento da comissão processante dá-se sempre com consideração aos elementos dos autos, máxime quando a alegação é de tendenciosidade ou parcialidade na apreciação dos fatos. 4. Agravo não provido.”

(RMS 32.325 AgR, Rel. Min. Dias Toffoli, 2ª Turma, DJE 01.07.2015).

5. Diante do exposto, **nego provimento ao recurso, por manifesta improcedência, com aplicação de multa no valor de dois salários mínimos, ficando a interposição de qualquer recurso condicionada ao prévio depósito do referido valor, em caso de unanimidade da decisão (CPC/2015, art. 1.021, §§ 4º e 5º, c/c art. 81, § 2º). É como voto.**

PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO ORD. EM MANDADO DE SEGURANÇA 28.490

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. ROBERTO BARROSO

AGTE.(S) : RENIR BEGNINI

ADV.(A/S) : DIEGO BARBOSA CAMPOS (27185/DF)

AGDO.(A/S) : UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

INTDO.(A/S) : MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao agravo regimental, com aplicação de multa (CPC/2015, art. 1.021, §§ 4º e 5º, c/c art. 81, § 2º). Impedido o Ministro Gilmar Mendes. Plenário, sessão virtual de 30.6 a 7.8.2017 (Portaria nº 142, de 28 de junho de 2017).

Composição: Ministros Cármen Lúcia (Presidente), Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes.

p/ Doralúcia das Neves Santos
Assessora-Chefe do Plenário